



Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): uma análise das Políticas Socioeducativas na Redução da Vulnerabilidade Social

Coexistence and Strengthening of Ties Service (SCFV): an analysis of Socio-educational Policies in Reducing Social Vulnerability

Weslei Leandro Quaresma Alves¹

Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Londrina - PR, Brasil

Resumo: O desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social no Brasil, através de programas e ações do Estado, acarreta melhorias na sociedade. Nesse contexto, este artigo busca descrever como as ações socioeducativas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) contribuem para a redução da vulnerabilidade social e fortalecimento dos vínculos familiares. Para isso, adotou-se como metodologia o estudo bibliográfico e a análise qualitativa de artigos e documentos coletados no Google Acadêmico, Scielo e sites oficiais do governo, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Os resultados indicam que as ações socioeducativas efetivamente contribuem para o fortalecimento dos laços familiares, bem como para a redução da vulnerabilidade e do risco social.

Palavras-chave: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Ações Socioeducativas. Vulnerabilidade Social.

Abstract: The development of public policies for social inclusion in Brazil, through government programs and actions, leads to improvements in society. In this context, this article seeks to describe how the socio-educational initiatives of the Social Coexistence and Strengthening of Bonds Service (SCFV) carried out at the Social Assistance Reference Center (CRAS) contribute to reducing social vulnerability and strengthening family ties. To this end, we adopted a bibliographic study and qualitative analysis of articles and documents collected from Google Scholar, Scielo, and official government websites, such as the Ministry of Social Development and Fight Against Hunger (MDS). The results indicate that socio-educational initiatives effectively contribute to strengthening family ties, as well as reducing vulnerability and social risk.

Keywords: Coexistence and Strengthening of Ties Service. Socio-educational Actions. Social Vulnerability.

¹ Especialista em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (MG). E-mail: weslei_leandro@hotmail.com. Orcid.<https://orcid.org/0009-0006-7972-204X>

Introdução

O desenvolvimento das políticas públicas de inclusão social no Brasil passou por transformações significativas nas últimas décadas devido à Política de Assistência Social que, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi legitimada como um direito cidadão e dever do Estado. Nesse contexto, coube às esferas públicas: Federal, Estadual e Municipal, se engajarem na formulação de políticas públicas de assistência social na construção de um Brasil mais justo e igualitário (Vaitzman; Andrade; Farias, 2009). Sendo assim, no ano de 1993, no governo do presidente Itamar Franco, foi decretada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº 8.742/93, que instituiu os direitos socioassistenciais a grupos em situação de vulnerabilidade no país (Stopa, 2012). Essa Lei estabeleceu os objetivos da política de assistência social colocando em prática o artigo nº 203 da Constituição Federal de 1988 que instituiu a assistência social como um direito de todos (Brasil, 1988).

Para consolidar a LOAS, foi criada em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), documento fundamental que detalha e regulamenta as políticas sociais alinhadas aos princípios e diretrizes da LOAS (Solcia; Hakime, 2024). Nesse contexto, a PNAS atua como um importante instrumento na reestruturação da política de assistência social que resultou na criação, em 15 de julho de 2005, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio da resolução nº 130 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (Couto *et al.*, 2009).

O SUAS, sistema descentralizado e participativo, tem como objetivo apresentar uma nova forma de organizar e gerir a assistência social no Brasil, de modo a garantir a segurança social aos indivíduos em situação de vulnerabilidade mediante políticas públicas que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários através do acesso à educação, qualificação, trabalho, saúde, lazer etc (Brasil, 2009). Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) discorre que as políticas do SUAS são planejadas e executadas pelos três níveis de governos: Federal, Estadual e Municipal, que têm como função garantir a proteção social, sendo responsáveis por materializar e operacionalizar os serviços de ações sociais por meio de órgãos como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) (Brasil, 2005).

O CRAS é um órgão público municipal, cuja responsabilidade é organizar a oferta de programas sociais do SUAS em locais onde há alto índice de vulnerabilidade e risco social (Brasil, 2009). Esses programas têm como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio do acesso às políticas públicas que compõem a seguridade social não contributiva de responsabilidade do Estado (Santos, 2023). Nesse contexto, um dos programas do SUAS vinculados ao CRAS que atua na proteção social básica é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), cujo propósito é desenvolver as potencialidades individuais e fortalecer os vínculos familiares (Sestren; Bueno, 2024).

O SCFV atua na prevenção de situações de risco social, com o compromisso de assegurar que os direitos sociais dos indivíduos não sejam violados. Esse serviço, segundo Sestren e Bueno (2024), é implementado em conjunto com o programa de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) oferecido pelo CRAS em parceria com o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) que faz parte do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS). Logo, as famílias podem ser atendidas tanto pelo PAIF quanto pelo PAEFI, uma vez que estejam vivenciando alguma situação de risco ou violação de direitos; no entanto, recomenda-se que o encaminhamento dos indivíduos ao SCFV seja realizado por profissionais do CRAS (Minatel; Andrade, 2020).

Para Teixeira (2010), as políticas sociais devem focar nas necessidades das famílias e na garantia dos direitos de cidadania, de modo que ultrapassem as fronteiras de uma única política para se tornar uma abordagem intersetorial, integrada e articulada. Nesse contexto, diante da importância dessas políticas, surge como problema a seguinte indagação: como as políticas socioeducativas, conduzidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), contribuem para a redução da vulnerabilidade social e o fortalecimento de vínculos familiares? Logo, o objetivo geral é descrever como as políticas socioeducativas do SCFV colaboram na redução da vulnerabilidade social e fortalecem os vínculos familiares.

Os objetivos desta pesquisa são: (1) apresentar a trajetória da política pública socioassistencial no Brasil, desde sua origem até a consolidação; (2) descrever quais ações socioeducativas do SCFV contribuem na redução da vulnerabilidade social; (3) identificar como se desenvolve o fortalecimento do vínculo familiar no SCFV.

Com relação à metodologia, a pesquisa adotou como análise dos dados a pesquisa qualitativa, uma vez que o método não se preocupa com a representação estatística ou numérica dos dados, mas se atenta ao aprofundamento da compreensão social (Goldenberg, 1997). Nesse caso, a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos naturais e comportamentais relacionados ao objetivo de estudo. Além disso, utilizou-se a análise bibliográfica de documentos (artigos e notícias) coletados no *Google Acadêmico*, *Scielo* e sites oficiais do governo, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para a fundamentação teórica, análise e interpretação dos resultados.

Após o levantamento dos dados, realizou-se uma leitura flutuante de cada artigo e posteriormente uma análise mais apurada dos trabalhos para então compor a discussão teórica e os resultados.

Por fim, a relevância dessa pesquisa está em apresentar como as ações do SCFV contribuem para a redução da vulnerabilidade social, por meio de atividades socioeducativas que promovam a convivência, a defesa de direitos e o desenvolvimento de capacidades individuais (Klein; Garcia; De Mendonça Cruz, 2023). Desse modo, a pesquisa está estruturada em uma breve introdução e, em seguida, o referencial teórico; e por fim, os resultados e as considerações finais.

Políticas Públicas no contexto social

O conceito de política pública, como área de conhecimento e objeto de estudo científico e acadêmico, nasce nos Estados Unidos no momento em que há o rompimento das etapas e princípios metódicos dos costumes europeus de estudo e pesquisa na área das políticas do Estado e suas instituições (Souza, 2006). Nesse contexto, as definições de políticas públicas podem ser entendidas por diversos autores como um campo dentro da política que visa sanar problemas nas estruturas sociais e democráticas que assegure a igualdade e o bem-estar da população (Gomes, 2015).

Peters (2021) descreve a política pública como um agrupamento de ações sociais e econômicas que os governos empreendem com o objetivo de solucionar problemas estruturais na sociedade, como a pobreza e a desigualdade. Logo, pensar

em política pública implica na promoção de ações de bem-estar social de modo a transformar certos aspectos da sociedade.

Segundo Secchi (2016, p. 5), “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” que se dá em diferentes setores da sociedade, como na educação, saúde, segurança, gestão pública, meio ambiente, assistência social etc. Desse modo, o autor orienta o desenvolvimento de políticas públicas, por parte do Estado, no enfrentamento do problema público presente no âmbito social e econômico da sociedade (Secchi, 2016).

De acordo com Souza (2006), os principais elementos relacionados às políticas públicas permitem distinguir o que o governo realmente realiza e o que pretende realizar. Esse processo envolve diversos atores e níveis de tomada de decisão, não se limitando apenas aos governos, mas também incluindo participantes formais e informais. O autor ainda descreve a existência de processos subsequentes à tomada de decisão que, em muitos casos, complicam o desenho e a implementação das políticas públicas, especialmente no que se refere à execução e à avaliação (Souza, 2006).

A criação de uma política pública governamental, segundo Secchi (2013, p. 43), “ocorre em um ciclo restrito a sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção”. Sendo assim, é possível inferir que a formulação de políticas públicas se efetua por meio de planos de governo que contribuem para o progresso da sociedade, bem como de grupos específicos que enfrentam situações de extrema vulnerabilidade.

Portanto, comprehende-se que as políticas públicas no Brasil são de extrema importância no enfrentamento das mazelas sociais, tendo na figura do Estado o principal executor, uma vez que o mesmo, por meio de políticas públicas, assegura os direitos sociais e o bem-estar social previstos na Constituição Federal de 1988 (Andrade, 2019).

Por fim, após a breve explanação sobre política pública, o próximo tópico irá abordá-la sob a ótica da Assistência Social, tendo como agente de análise o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e as ações do SCFV no fortalecimento do vínculo familiar e redução do risco social.

CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

No Brasil, existem muitas instituições públicas de assistência social que desenvolvem políticas públicas voltadas para comunidades em situação de vulnerabilidade social e econômica. Entre essas instituições, destaca-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma entidade pública descentralizada que faz parte da Política de Assistência Social que tem como objetivo principal a prevenção de situações de risco social e a redução da vulnerabilidade por meio de políticas públicas (Brasil, 2009).

Conforme as orientações técnicas do CRAS, sua atuação visa prevenir a ocorrência de vulnerabilidade econômica e social, por meio de uma variedade de atividades, oficinas e cursos. Nesse contexto, a instituição é responsável pela execução de serviços como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Esses serviços visam a redução do risco social e o fortalecimento dos vínculos familiares (Brasil, 2009).

Desse modo, o CRAS desempenha um papel crucial na implementação das políticas de assistência social, estando embasado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), como um dos principais instrumentos públicos que oferecem serviços contínuos de proteção básica na área da assistência social (Dorneles, 2018). Nesse sentido, Gomes e Pereira (2005) descrevem que as ações do CRAS estão direcionadas principalmente para áreas com maior instabilidade socioeconômica, como em áreas periféricas onde há famílias vivendo em situações de vulnerabilidade extrema. Para os autores, essa vulnerabilidade contribui para o enfraquecimento dos laços afetivos dentro das famílias (Gomes; Pereira, 2005).

A situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos mais vulneráveis desse grupo: os filhos, vítimas da injustiça social, se vêem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais. A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, impõe a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência (Gomes; Pereira, p. 360).

Nesse contexto, essas famílias podem ter acesso aos serviços sociais disponíveis nas unidades do CRAS por meio do cadastramento junto ao PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família). O atendimento às famílias em vulnerabilidade socioeconômica é projetado de acordo com as necessidades individuais e coletivas do grupo familiar, partindo do princípio de que é essencial abordar as reais necessidades a serem atendidas (Furlan, 2006).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as ações promovidas pelo PAIF têm como objetivo primordial preservar os vínculos familiares e comunitários, impulsionar o progresso social e facilitar o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais. Essas ações, quando implementadas, contribuem para o fortalecimento dos laços comunitários, a promoção da participação social e a prevenção de riscos (Brasil, 2012).

O SCFV é um dos serviços oferecidos no âmbito do Programa de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, vinculado ao CRAS. As atividades desenvolvidas pelo SCFV são complementares aos serviços prestados pelo PAIF e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) (Brasil, 2017).

As atividades elaboradas pelo SCFV têm como foco fortalecer a convivência em grupo e os laços familiares por meio de ações socioeducativas, por exemplo, oficinas de corte e costura, artesanato, pintura e atividades culturais e de lazer. Estas atividades, segundo Mathias (2017), visam melhorar as relações interpessoais, reduzir a vulnerabilidade social e resgatar a autoestima das pessoas de forma preventiva e proativa, promovendo o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas. Sendo assim, as oficinas tratam-se de “um subterfúgio para promover a convivência, as conversações e os fazeres por meio dos quais os vínculos entre os usuários são construídos” (Brasil, 2017, p. 75).

Nesse contexto, o quadro abaixo sintetiza os objetivos do SCFV para os usuários em vulnerabilidade social.

Quadro 01 – Os objetivos gerais do SCFV

Complementar o trabalho social com famílias, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária.
Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária.
Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios.
Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos.
Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários.
Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades
Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários.

Fonte: Brasil. *Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)* (2017, p. 11).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): políticas socioeducativas.

As ações socioeducativas podem ser entendidas como atividades culturais, esportivas, artesanais e técnicas de trabalho que envolvem práticas de inclusão social com o objetivo de fomentar a capacitação de indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. Essas iniciativas possuem uma natureza profundamente social e educacional, pois estão intrinsecamente ligadas à promoção de um convívio ético e democrático na formação de cidadãos (Lira, 2017). Nesse contexto, para Cattani (2007), as atividades socioeducativas são construídas por meio de processos que se desvinculam dos sistemas de meritocracia para se concentrarem nas situações de vulnerabilidade social e econômica de modo a proporcionar o acesso de pessoas menos favorecidas a projetos de inclusão e desenvolvimento pessoal.

As políticas socioeducativas promovem o desenvolvimento de potencialidades no contexto social e físico, contribuindo para a aquisição de novas habilidades e

competências que estimulam a formação de cidadãos (Schutz *et al.*, 2017). Nesse sentido, Dupret (2002) destaca que o,

[...] princípio que inspira as ações socioeducativas parte do reconhecimento das diferenças entre pessoas e grupos. Ele vai nos dar a chave para realizar uma ação conjunta com todas as partes implicadas, para efetuar mudanças que incidam sobre a melhora da qualidade de vida. Fomentando a consciência crítica e favorecendo a transformação social, o processo educativo passa a ser responsabilidade não só das pessoas diretamente envolvidas com ele (pais e filhos, professores e alunos...), mas também da comunidade a que pertencem (Dupret, 2002, p. 93).

Muitas das ações socioeducativas implementadas por instituições públicas de inclusão social têm a capacidade de gerar renda, fortalecer os laços familiares e comunitários de modo a promover a inclusão social. Essas iniciativas frequentemente oferecem oficinas e cursos profissionalizantes em suas instalações (Mathias, 2017). Conforme a Fundação de Assistência Social e Cidadania, a inserção das pessoas no mercado de trabalho e a geração de renda são alcançadas por meio da inclusão produtiva que engloba a criação de oportunidades de qualificação profissional (Brasil, 2010). Sendo assim,

[...] a promoção da inclusão produtiva é concebida no seu sentido ampliado, significando o fortalecimento dos vínculos sociais, familiares e comunitários, por meio do desenvolvimento de capacidades e condições para agir com autonomia, potencializando o protagonismo em ações coletivas no campo da produção material e social (Brasil, 2010, p. 35).

Segundo Souza (2013), a inclusão produtiva desempenha um papel fundamental na promoção da emancipação social, reduzindo a dependência de programas e benefícios governamentais, de modo a capacitar os indivíduos a gerar renda por meio das habilidades adquiridas em oficinas técnicas socioeducativas. Essas políticas atuam como instrumentos essenciais no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários ao combater, através de políticas sociais, a discriminação, a segregação e o isolamento social (França, 2019).

Para Moljo, Parreira e Ramos (2018), as ações socioeducativas desenvolvidas no SCFV podem ser enquadradas em atividades grupais ou individuais. As atividades grupais são aquelas que permitem uma maior socialização entre os indivíduos que,

por meio do diálogo e trocas de experiências, alcançam competências e habilidades sociais, emocionais e cognitivas que serão importantes na superação de desafios, bem como na inserção social. Já as individuais ocorrem

[...] através de uma orientação social; de explicitação e viabilização de direitos sociais, objetivando romper com a ideia de ajuda; do diálogo enfatizando a importância da participação em instâncias de controle social, como os conselhos; da prestação de informações que buscam propiciar ao indivíduo a formação de uma reflexão crítica; etc (Moljo; Parreira; Ramos, 2018, p. 10).

Segundo Bisinoto (2015), a palavra socioeducação teve sua origem no seio das medidas socioeducativas aplicadas a menores infratores; porém, esse conceito, nos dias atuais, vem sendo aplicado não apenas como medida de reintegração do menor infrator na sociedade, mas também como uma ferramenta de promoção e desenvolvimento social de famílias em vulnerabilidade e risco social. Nesse contexto, Romero, Durço e Romero (2024) apresentam as políticas socioeducativas promovidas pelo SCFV como ações de caráter protetivo, preventivo e proativo no tocante ao enfrentamento da vulnerabilidade social.

Segundo a pesquisa desenvolvida por Marchewicz (2013) no Município de Cascavel no estado do Paraná, com educandos de 06 a 15 anos, as oficinas socioeducativas oferecidas pelo SCFV têm como objetivo estimular o aprendizado e o desenvolvimento de novas competências, por meio de atividades como: pintura, artesanato, aulas de informática, artes e instrumentos musicais, capoeira, teatro, ginástica rítmica e liberdade de expressão. Para a autora, essas atividades são importantes, pois atuam como instrumento de fortalecimento do convívio comunitário e dos vínculos familiares, bem como contribuem na redução do risco social (Marchewicz, 2013).

O fortalecimento de vínculo familiar, por meio da atividade socioeducativa do SCFV, ocorre mediante a presença da família nas atividades em grupo. Desse modo,

[...] alguns pais gostam de participar da rotina do filho e por isso o acompanham constantemente no SCFV. Semanalmente, através de grupo socioeducativo é oferecido atendimento às famílias dos educandos. Esses encontros acontecem às quartas-feiras no período vespertino, onde se desenvolve oficina de artesanato, discussões reflexivas e atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos interpessoais e intergeracionais, buscando a ampliação da

capacidade protetiva da família, a superação de suas dificuldades de convívio e a participação cidadã no território (Marchewicz, 2013, p. 26).

Segundo Souza (2013), oficinas de artesanato, corte e costura atuam como atividades de inclusão produtiva, pois muitas mães que acompanham seus filhos nas atividades do SCFV não exercem atividade remunerada, são donas de casa ou estão desempregadas. Nesse contexto, aprender um novo ofício possibilita aos pais, ou responsáveis a oportunidade de gerar renda, como destaca Souza (2013).

Tendo em vista o processo de envelhecimento, as políticas socioeducativas do SCFV para os idosos são direcionadas ao convívio comunitário, fortalecimento de vínculos familiares e prevenção do risco social, de modo a promover a autonomia e a sociabilidade dos idosos. Nesse contexto, Silva (2021), em seu trabalho sobre o papel do Pedagogo na assistência social e os desafios no SCFV, destaca que a atividade socioeducativa atua como um mecanismo de lazer ao contribuir para a qualidade de vida do idoso, combatendo o estresse e o sedentarismo. Desse modo, destaca que:

Para o Grupo da Melhor Idade foi oferecido Oficina de Dança ensaiando o ritmo carimbó, além do ensaio da peça “Trajetória Divina”, a qual tratava sobre o aleitamento materno, cuja apresentação ocorreu no dia 20/06/2017, no próprio Centro de Referência de Assistência Social, o tema da palestra foi “os direitos do nascituro”. Também foram desenvolvidas atividades de artesanato (técnicas de pintura em molde vazado) e atividades desportivas para o equilíbrio do organismo. Atividades de dança, teatro e desportivas contribuem para o fortalecimento corporal, cerebral e social, pois permitem a interação dessas áreas. Já a produção de artesanato auxilia a memória e concentração, estimulando as estruturas cognitivas dessa faixa etária (Silva, 2021, p. 233).

Já as ações socioeducativas para as crianças da faixa etária de 3 a 8 anos, Silva (2021) destaca a oficina de karatê para os de 8 a 14 anos e o conjunto de artes marciais mistas (MMA), que tem como objetivo promover o desenvolvimento de habilidades de defesa pessoal e autocontrole, bem como disciplina e respeito. Essas “atividades que exigem disciplina e concentração contribuem para o desenvolvimento saudável do cérebro, além de incentivar seus praticantes a necessidade de compreender as regras para convivência harmoniosa” (Silva, 2021, p. 236).

Sendo assim, pode-se compreender que as políticas socioeducativas desenvolvidas pelo SCFV são importantes ferramentas educativas que potencializam

o processo emancipatório do indivíduo e permitem a ampliação da cidadania por meio do acesso a programas sociais. Essas atividades desempenham um papel crucial no fortalecimento do vínculo comunitário e familiar, bem como na redução do risco social, especialmente quando realizadas junto ao núcleo parental.

Considerações finais

No estudo das políticas públicas de ações socioeducativas do SCFV e de sua contribuição para o fortalecimento dos vínculos familiares, redução da vulnerabilidade e do risco social, ficou evidente, por meio do levantamento bibliográfico, a importância dessas ações no cotidiano dos usuários. Nesse contexto, pode-se realizar algumas considerações acerca do papel das atividades socioeducativas no fortalecimento dos vínculos familiares e na redução do risco social.

Com relação à redução do risco social, a análise destacou que muitas atividades desenvolvidas pelo SCFV visam minimizar a vulnerabilidade de grupos e famílias que, por motivos econômicos e sociais, foram privados do acesso ao bem-estar social. Nesse contexto, uma das metas da prevenção do risco social é a "promoção" que tem como objetivo a capacitação do indivíduo, por meio de atividades de inclusão produtiva que possibilitam a geração de renda.

No contexto das ações de fortalecimento de vínculos, sua criação se dá por meio da participação da família nas atividades do SCFV. Essas atividades são formuladas com o intuito de fortalecer as relações sociais dentro da família, ou seja, promover conversas reflexivas que permitem a troca de experiências e vivências, contribuindo para fortalecer as relações interpessoais.

Sendo assim, comprehende-se que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um importante instrumento na promoção social, uma vez que suas ações possibilitam aos seus usuários vivenciar experiências que fortalecem as relações sociais, bem como o bem-estar físico e emocional de grupos em vulnerabilidade. Desse modo, essas ações são pensadas, planejadas e executadas de modo social e educativo visando potencializar o processo emancipatório do indivíduo, sendo cruciais no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Por fim, a pesquisa alcançou o objetivo pretendido ao responder como as políticas socioeducativas conduzidas pelo SCFV contribuem para a redução da

vulnerabilidade social e fortalecimento de vínculos familiares, apresentando resultados positivos para a inclusão e redução do risco social.

Referências

ANDRADE, M. C. Políticas públicas nas Constituição Federal de 1988: avanços e desafios. **CSONline - Revista eletrônica de ciências sociais**, [S. I.], n. 29, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17574>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BISINOTO, C. et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em estudo**, v. 20, n. 4, p. 575-585, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. 1. ed. Brasília, 2012.

BRASIL. **Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); *Departamento de Proteção Social Básica (DPSB)*, 2017. Disponível em:<http://mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf>. Acesso em:14 de jan. de 2025.

BRASIL. **Programa de capacitação jovem**. Disponível em:<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/programa-capacita-jovens-para-o-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 02 de jan. de 2025.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf>. Acesso em 25 de jan. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS**, Caderno de orientação para Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 2016. Disponível em:<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cartilha_a_PAIF_1605.pdf>. Acesso em 02 fev. 2025.

BRASIL. Fundação de Assistência Social e Cidadania – Coordenação de Rede de Proteção Social Básica. Implantação Do Sistema Único De Assistência Social – Projeto Técnico do Centro De Referência De Assistência Social – CRAS. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2010.

CATTANI, A. D. Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa. **Sociologias**, p. 74-99, 2007. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/soc/a/mKs6Zb4KCmFZBC5dZ8KNHnw/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 16 de out. 2025.

COUTO, B. R. et al. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**, p. 205-217, 2009. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/RobertoRodrigues5/publication/329360551_A_centralidade_da_informacao_no_campo_das_politicas_publicas/links/5c0440c692851c63cab5f793/A-centralidade-da-informacao-no-campo-das-politicas_publicas.pdf#page=200>. Acesso em: 09 de out. 2025

DORNELES, A. Os desafios da proteção social no contexto da política nacional de assistência social (PNAS): rebatimentos na garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em:<<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22274>>. Acesso em: 02 de fev. de 2025.

DUPRET, L. Cultura de paz e ações socioeducativas: desafios para a escola contemporânea. **Psicologia Escolar e Educacional** 6.1, 2002. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/pee/a/qN7SbH7nMvtndmg7qvtcJLL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 de jan. de 2025.

FRANÇA, R. M. S. As desigualdades sociais que afetam jovens e suas famílias no Brasil em tempos neoliberais e o trabalho social do SCFV articulado ao PAIF. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019. Disponível em:<<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1758>>. Acesso em: 02 de jan. de 2025.

FURLAN, N. **Confusão no recadastramento do Bolsa Família**. Paraná Online, Curitiba, 2006. Disponível em:<<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/164702/?noticia=CONFUSAO+NO+RECADASTRAMENTO+DO+BOLSA+FAMILIA>>. Acesso em: 02 de fev. de 2025.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005. Disponível em:<<https://www.scielosp.org/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>>. Acesso em: 24 de set. 2023.

KLEIN, K. M.; GARCIA, E. M. N.; DE MENDONÇA CRUZ, C. A. A Política de Assistência Social (Pnas) e a Implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Scfv): A Influência do Terceiro Setor. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2023.

LIRA, J. A. A Educação na Socioeducação: um olhar para as ações educativas no contexto da medida socioeducativa de internação numa unidade de privação de liberdade. **Dissertação** (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - UFPB, João Pessoa - PB 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12794/1/Arquivototal.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MARCHEWICZ, B. F. Atividades socioeducativas para crianças e adolescentes através de oficinas. 2013. 86 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)** – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013. Disponível em:<<https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20869>>. Acesso em: 16 de out. 2025.

MATHIAS, H. C. Grupo de mulheres do CRAS (centro de referência de assistência social) Luiz Carlos da Costa Leite, Porto dos Padres – Paranaguá – PR. UFPR-setor litoral. **Trabalho de Conclusão de Curso**, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/147518823.pdf>>. Acesso em 24 de jan. 2025.

MINATEL, M. M.; ANDRADE, L. C. de. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a terapia ocupacional: um relato de experiência na construção da cidadania e participação social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, p. 309-329, 2020.

MOLJO, C. B.; PARREIRA, J. A.; RAMOS, T. D. A dimensão socioeducativa do Serviço Social: reflexões sobre as ações profissionais desenvolvidas no CRAS. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

PETERS, B. Guy. **Advanced introduction to public policy**. Edward Elgar Publishing, 2021. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Peters%2C+B.+%282015%29.+Advanced+introduction+to+public+policy.+Massachusetts%3A+Edward+Elgar.&btnG=>>. Acesso em 24 de jan. 2025.

ROMERO, A. L.; DURÇO, J. V. N.; ROMERO, R. B. Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos como espaços potenciais para o desenvolvimento de atividades extensionistas. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 19, n. 58, p. 306-324, 2023. Disponível em:<<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/16375>>. Acesso em: 16 de out. 2025.

SANTOS, B. E. O Cadastro único e sua relação com direitos humanos. **Revista Alembra**, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 218–233, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/alembra/article/view/717>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SCHUTZ, E., et al. Ações socioeducativas como práticas de inovações sociais: um estudo de caso. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 38, p. 343-379, 2017.

SESTREN, L. J.; BUENO, G. Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: reXistências por via do acontecimento. **Psicologia USP**, v. 35, p. e200115, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/kv7MJrxjLCWw7xkK5Z4nh5M/>>. Acesso em: 25 de jan. 2025.

SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 1. ed. 2016.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2. Ed. 2013.

SILVA, B. F. P. P. O pedagogo na assistência social, desafios e possibilidades no serviço de convivência e fortalecimento de vínculo: um estudo de caso em um CRAS de um distrito de Belém/PA. **Cadernos da Pedagogia**, v. 15, n. 32, 2021. Disponível em: <<https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1193/625>>. Acesso em: 04 de març. 2025.

SOLCIA, V. M; HAKIME, D. N. A Política Nacional de Assistência Social, o SUAS e o PAIF no Trabalho com Famílias. **Revista FSA**, v. 21, n. 5, 2024. Disponível em ><http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2950>. Acesso em: 25 de jan. 2025.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

SOUZA, F. V. F. de. **Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações**. **O Social em Questão**, v. 16, n. 30, p. 287-298, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5522/552264908033/552264908033.pdf>>. Acesso em: 02 de març. de 2025.

STOPA, R. **A implantação do Sistema Único de Assistência Social no Município de Ourinhos/SP**: A contribuição do Serviço Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/ROBERTA.pdf>. Acesso em 25 de jan. 2025.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho Social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 4–23, 2010. DOI: 10.5433/1679-4842.2010v13n1p4. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8425>. Acesso em: 25 jan. 2025.

VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B.; FARIA, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 731-741, 2009.